



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

QUESTÃO DE ORDEM

Desvio de finalidade do processo de impeachment. Obstrução da justiça comprovada pela conversa entre o Senador Romero Jucá e o Senhor Sérgio Machado, amplamente divulgada pela imprensa. Utilização do processo de impeachment para obstar o prosseguimento da Operação Lava Jato. Sobrestamento dos trabalhos da Comissão Especial do Impeachment para elucidação de fato superveniente.

Senhor Presidente,

Venho, com base nos arts. 403 e 404, combinados com os arts. 89, inciso I; 377, inciso I; 382; e 412, inciso VI, todos do Regimento Interno do Senado Federal; e com o art. 1º; incisos LIV e LV do art. 5º; e art. 85, todos da Constituição Federal (CF), **formular a seguinte questão de ordem** relativa ao **funcionamento da Comissão Especial do Impeachment, instituída para apreciar a Denúncia (DEN) nº 1 de 2016.**

O Jornal Folha de São Paulo publicou, na edição de 23 de maio de 2016 (com destaque na primeira página), trechos degravados da conversa telefônica mantida em março de 2016 entre o Senhor Sérgio Machado, ex-Senador e ex-Presidente da Petrobras Transporte S.A. (Transpetro) e o Senhor Romero Jucá, Senador e, até então, Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, além de Presidente do PMDB.



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

Reproduzimos, a seguir, as partes que mais diretamente interessam aos trabalhos desenvolvidos por esta Comissão Especial instituída para apreciar a Denúncia nº 1, de 2016, que trata do pedido de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff:

JUCÁ - Eu acho que...

MACHADO - Tem que ter um impeachment.

JUCÁ - Tem que ter impeachment. Não tem saída.

MACHADO - E quem segurar, segura.

JUCÁ - Foi boa a conversa mas vamos ter outras pela frente.

MACHADO - Acontece o seguinte, objetivamente falando, com o negócio que o Supremo fez [autorizou prisões logo após decisões de segunda instância], vai todo mundo delatar.

JUCÁ - Exatamente, e vai sobrar muito. O Marcelo e a Odebrecht vão fazer.

MACHADO - Odebrecht vai fazer.

JUCÁ - Seletiva, mas vai fazer.

MACHADO - Queiroz [Galvão] não sei se vai fazer ou não. A Camargo [Corrêa] vai fazer ou não. Eu estou muito preocupado porque eu acho que... O Janot [procurador-geral da República] está a fim de pegar vocês. E acha que eu sou o caminho.

[...]

JUCÁ - Você tem que ver com seu advogado como é que a gente pode ajudar. [...] Tem que ser política, advogado não encontra [inaudível]. Se é político, como é a política? Tem que resolver essa p... Tem que mudar o governo pra poder estancar essa sangria.

[...]



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

MACHADO - Rapaz, a solução mais fácil era botar o Michel [Temer].

JUCÁ - Só o Renan [Calheiros] que está contra essa p... 'Porque não gosta do Michel, porque o Michel é Eduardo Cunha'. Gente, esquece o Eduardo Cunha, o Eduardo Cunha está morto, p....

MACHADO - É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional.

JUCÁ - Com o Supremo, com tudo.

MACHADO - Com tudo, aí parava tudo.

JUCÁ - É. Delimitava onde está, pronto.

[...]

MACHADO - A situação é grave. Porque, Romero, eles querem pegar todos os políticos. É que aquele documento que foi dado...

JUCÁ - Acabar com a classe política para ressurgir, construir uma nova casta, pura, que não tem a ver com...

MACHADO - Isso, e pegar todo mundo. E o PSDB, não sei se caiu a ficha já.

JUCÁ - Caiu. Todos eles. Aloysio [Nunes, senador], [o hoje ministro José] Serra, Aécio [Neves, senador].

MACHADO - Caiu a ficha. Tasso [Jereissati] também caiu?

JUCÁ - Também. Todo mundo na bandeja para ser comido.

[...]

MACHADO - O primeiro a ser comido vai ser o Aécio.

JUCÁ - Todos, p... E vão pegando e vão...

MACHADO - [Sussurrando] O que que a gente fez junto, Romero, naquela eleição, para eleger os deputados, para ele ser presidente da Câmara? [Mudando de assunto] Amigo, eu preciso da sua inteligência.



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

JUCÁ - Não, veja, eu estou a disposição, você sabe disso. Veja a hora que você quer falar.

MACHADO - Porque se a gente não tiver saída... Porque não tem muito tempo.

JUCÁ - Não, o tempo é emergencial.

MACHADO - É emergencial, então preciso ter uma conversa emergencial com vocês.

JUCÁ - Vá atrás. Eu acho que a gente não pode juntar todo mundo para conversar, viu? [...] Eu acho que você deve procurar o [ex-senador do PMDB José] Sarney, deve falar com o Renan, depois que você falar com os dois, colhe as coisas todas, e aí vamos falar nós dois do que você achou e o que eles ponderaram pra gente conversar.

MACHADO - Acha que não pode ter reunião a três?

JUCÁ - Não pode. Isso de ficar juntando para combinar coisa que não tem nada a ver. Os caras já enxergam outra coisa que não é... Depois a gente conversa os três sem você.

MACHADO - Eu acho o seguinte: se não houver uma solução a curto prazo, o nosso risco é grande.

MACHADO - É aquilo que você diz, o Aécio não ganha p... nenhuma...

JUCÁ - Não, esquece. Nenhum político desse tradicional ganha eleição, não.

MACHADO - O Aécio, rapaz... O Aécio não tem condição, a gente sabe disso. Quem que não sabe? Quem não conhece o esquema do Aécio? Eu, que participei de campanha do PSDB...

JUCÁ - É, a gente viveu tudo.

*

JUCÁ - [Em voz baixa] Conversei ontem com alguns ministros do Supremo. Os caras dizem 'ó, só tem condições de [inaudível] sem ela [Dilma]. Enquanto ela estiver ali, a imprensa, os caras querem tirar ela, essa p... não vai parar nunca'. Entendeu? Então... Estou



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

conversando com os generais, comandantes militares. Está tudo tranquilo, os caras dizem que vão garantir. Estão monitorando o MST, não sei o quê, para não perturbar.

MACHADO - Eu acho o seguinte, a saída [para Dilma] é ou licença ou renúncia. A licença é mais suave.
O Michel forma um governo de união nacional, faz um grande acordo, protege o Lula, protege todo mundo. Esse país volta à calma, ninguém aguenta mais. Essa cagada desses procuradores de São Paulo ajudou muito. [referência possível ao pedido de prisão de Lula pelo Ministério Público de SP e à condução coercitiva dele para depor no caso da Lava Jato]

JUCÁ - Os caras fizeram para poder inviabilizar ele de ir para um ministério. Agora vira obstrução da Justiça, não está deixando o cara, entendeu? Foi um ato violento...

MACHADO -...E burro [...] Tem que ter uma paz, um...

JUCÁ - Eu acho que tem que ter um pacto.

[...]

MACHADO - Um caminho é buscar alguém que tem ligação com o Teori [Zavascki, relator da Lava Jato], mas parece que não tem ninguém.

JUCÁ - Não tem. É um cara fechado, foi ela [Dilma] que botou, um cara... Burocrata da... Ex-ministro do STJ [Superior Tribunal de Justiça].

Senhor Presidente, vimos denunciando, desde o início dos trabalhos desta Comissão, que a Denúncia nº 1, de 2016, não se lastreava em fundamentos jurídicos sólidos.

Sempre sustentamos que os dois eixos da denúncia – os decretos que tratavam de créditos suplementares, editados em 2015, e a equalização da taxa de juros do Plano Safra referente ao ano de 2015 – **jamais poderiam dar ensejo, numa análise isenta, desapaixonada e criteriosa, ao impeachment**



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

da Senhora Presidenta da República, pelo singelo e robusto motivo de não caracterizar crime de responsabilidade exigido pelo art. 85 da Constituição Federal e elencado pela Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950.

Além desse insuperável argumento de mérito, sustentamos antes, em sede preliminar, que a deflagração do processo de *impeachment* com a aceitação da denúncia por parte do então Presidente Eduardo Cunha, ora suspenso de suas atribuições pelo Supremo Tribunal Federal, tinha se fundado em ato de vingança, pelo fato de a bancada do Partido dos Trabalhadores com representação no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados ter se posicionado favoravelmente ao relatório que propunha sua cassação. **Tratava-se, pois, de ato maculado por desvio de finalidade. Aparentemente legal, porém, com conteúdo ilegítimo, visando a atingir interesses espúrios de seu autor.**

Argumentamos, ainda, em sede preliminar, que os votos dos 367 Deputados que decidiram pela autorização da instauração do processo de *impeachment* haviam sido eivados de ilegalidade, já que adotaram motivos estranhos à caracterização do crime de responsabilidade. **Aqui também havia incidido o desvio de finalidade. O objetivo final era retirar do poder a Presidenta legitimamente eleita, a qualquer custo, por qualquer motivação.**

Impugnamos, também preliminarmente, todo o processo, pelo fato de os denunciantes serem filiados ao partido mais interessado em destituir ilegitimamente a Presidenta da República, o PSDB – pois tinha sido derrotado no voto, nas urnas, nas últimas quatro eleições presidenciais –, ou terem sido por ele contratados para apresentar a denúncia.



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

Apontamos a evidente suspeição do relator da matéria no âmbito desta Comissão Especial, pelo fato de pertencer ao partido autor da denúncia e mais interessado no *impeachment* da Presidenta Dilma, o PSDB.

Questionamos a higidez da peça acusatória, uma miríade de leviandades, de suposições, de construções fantasiosas, que, fosse um trabalho de final de curso em qualquer faculdade de Direito do país, mereceria a reprovação.

Nada disso foi considerado por esta Comissão e tampouco pelo Plenário do Senado Federal.

Admitida a denúncia, suspensão de suas atribuições a Presidenta da República, iniciado o governo provisório e interino do Vice-Presidente Michel Temer, uma série de medidas persecutórias ocorreram com especial virulência nas instituições e incidiram sobre agentes públicos que defenderam com altivez, lealdade institucional e com absoluto respeito à ordem constitucional e jurídica de nosso país, como o Senhor José Eduardo Cardozo, principal defensor da Presidenta da República e ex-Advogado-Geral da União.

O atual Advogado-Geral da União, que esteve aqui nesta Comissão como especialista em defesa do *impeachment*, não tardou a tentar intimidar seu antecessor apresentando requerimento de apuração disciplinar de sua conduta **pelo fato de ter alegado que a tentativa de destituição de uma Presidenta da República eleita por 54 milhões de votos, quando ausente a caracterização objetiva de crime de responsabilidade, nada mais era do que um GOLPE.**



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

Parece que a mesma razão persecutória se abateu sobre a Senhora Rosa Weber, Excelentíssima Ministra do Supremo Tribunal Federal, que requereu formalmente explicações – mediante interpelação judicial – à Presidenta Dilma Rousseff, **quanto à utilização do argumento de que seu afastamento provisório e a tentativa de cassação definitiva de seu cargo nada mais eram do que um GOLPE, ato tísado por desvio de finalidade, eis que ausentes os requisitos constitucional e legalmente exigidos para caracterizar a existência de crime de responsabilidade.**

Mas a verdade dos fatos não tarda a aparecer, Senhor Presidente. A leitura atenta dos trechos reproduzidos nesta questão de ordem torna evidente que a tentativa de afastamento da Presidenta nada mais é do que um GOLPE.

A novidade trazida pela matéria é a participação de novos e importantíssimos conspiradores e golpistas. Um Senador, presidente do maior partido político do país, o PMDB, Ministro de Estado até então; e um ex-Senador. É por suas bocas que escorre a confissão de que além da disputa pelo poder, além da usurpação da administração do Governo Federal, algo que nos últimos treze anos tem se demonstrado impossível pela via democrática, o que os conspiradores pretendiam, pelas expressas palavras do Senador Romero Jucá, era estancar a sangria promovida pela Operação Lava Jato.

Somente com a troca de Governo, segundo o Senador Romero Jucá, a interrupção das investigações poderia ser efetivada, eis que o Governo da Presidenta Dilma Rousseff, diferentemente do publicamente alegado pelos golpistas, nada fazia para obstruir os trabalhos de investigação levados a termo



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

pela Polícia Federal, pelo Ministério Público Federal e pelo Poder Judiciário do país.

Assim, o fundamento principal, o motivo essencial para a aprovação do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff era impedir o aprofundamento do combate à corrupção, era preservar partidos, como o PMDB e PSDB, que sempre se beneficiaram dessas práticas escusas.

Está caracterizado, a toda evidência, Senhor Presidente, o desvio de finalidade desse processo de *impeachment*.

É impossível prosseguir com os trabalhos desta Comissão sem que essa gravíssima denúncia seja efetivamente apurada pelo Poder Judiciário.

É inadmissível, Senhor Presidente, que continuemos a agir nesta Comissão como se nada estivesse acontecendo, como se a Constituição Federal e a Lei nº 1.079, de 1950, estivessem sendo rigorosamente analisadas.

É preciso estancar, não as investigações da Operação Lava Jato, para proteger os membros do PMDB e do PSDB, mas sim a fraude que caracteriza os trabalhos desta Comissão.

É imprescindível interromper a farsa do *impeachment*, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores.

Por todo o exposto, a presente **QUESTÃO DE ORDEM**, Senhor Presidente, destina-se a requerer a Vossa Excelência que, com base no art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, determine o imediato sobrestamento dos trabalhos da Comissão Especial do



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

Impeachment, instituída para apreciar a Denúncia (DEN) nº 1, de 2016, até que esta Comissão disponha da íntegra dos procedimentos que envolvem a investigação em questão, haja vista que os atos de obstrução da Justiça evidenciados na degravação do diálogo entre o Senador Romero Jucá e o Senhor Sérgio Machado envolvem diretamente os trabalhos aos quais competem a esta Comissão, posto que demonstram o desvio de finalidade do atual processo que visa, ao fim e ao cabo, decretar o *impeachment* da Senhora Dilma Rousseff, legítima Presidenta deste país, já que seu mandato foi obtido nas urnas, com o voto de 54 milhões de brasileiros e de brasileiras, e não como desdobramento espúrio de articulações celebradas nos porões dos palácios de Brasília.

Essa é a questão de ordem que, respeitosamente, submeto à decisão de Vossa Excelência.

Sala das Sessões,

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN
PCdoB/Amazonas